

A crise da democracia brasileira e o papel do extremismo político e religioso

Manuela Lowenthal Ferreira¹

Resumo

Este artigo dedica-se a compreender as diversas facetas do avanço da ala conservadora, com variações e intensidades diferentes, no cenário sociopolítico brasileiro e internacional. Nesse sentido, busca-se discutir como a ascensão da extrema direita unida à movimentos conservadores ligados a vertentes pentecostais e neopentecostais no Brasil agem em consonância, ao mesmo tempo que produzem e acionam mecanismos para disputar o espaço público e mobilizar reivindicações de cunho moral, estabelecendo uma ordenação da esfera social por um tipo específico de associação entre religião, conservadorismo e pensamento neoliberal.

Palavras-Chave: Neopentecostalismo, pentecostalismo, política, democracia, extrema direita.

Resumen

El artículo busca discutir cómo el surgimiento de la extrema derecha unida a movimientos fundamentalistas religiosos en Brasil alimenta y aprovecha la crisis democrática, al mismo tiempo que crea y desencadena mecanismos para disputar el espacio público en la medida en que moviliza sus preceptos morales como universales, haciendo de la política un medio de legitimación de sus ideas y de la doctrina cristiana, estableciendo una ordenación del ámbito social a través de un tipo específico de clasificación, limitando la democracia a un instrumento para el mantenimiento de las relaciones de poder.

Palabras clave: Neopentecostalismo, pentecostalismo, política, democracia, extrema derecha.

Abstract

The article seeks to discuss how the emergence of the extreme right united with religious fundamentalist movements in Brazil feeds and takes advantage of the democratic crisis, at the same time that it creates, and triggers mechanisms to dispute the public space to the extent that it mobilizes its moral precepts as universals, making politics a means of legitimizing its ideas and Christian doctrine, establishing an ordering of the social sphere through a specific type of classification, limiting democracy to an instrument for maintaining power relations.

Keywords: Neopentecostalism, pentecostalism, politics, democracy, extreme right.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela UNIFESP, pesquisa Religião e espaço público. É pesquisadora do projeto Temático "Religião, Direito e Secularismo: A reconfiguração do repertório cívico no Brasil contemporâneo", financiado pela FAPESP. Também é pesquisadora integrante do Observatório Evangélico. | lowenthalmanuela@gmail.com



Introdução

Este artigo se insere na linha de trabalhos que buscam compreender erupções conservadoras no Brasil e no mundo e a sua relação com segmentos religiosos que vinculam pautas morais, disputam o espaço público, ao mesmo tempo que produzem um tipo específico de reivindicações com profundo teor moral.

62

A guinada conservadora não é um fato particular do Brasil, recentemente uma série de líderes populistas na Europa e no mundo se utilizam do cristianismo para criar uma “diferenciação” entre aqueles que fazem parte do grupo e aqueles que estão fora do grupo. Essa diferenciação alimenta um sentimento de pertencimento muito potente e eficaz para a mobilização. É construída a ideia de que há inimigos a serem combatidos, pessoas que não compartilham de determinada visão de mundo, projeto de civilização e progresso. E a partir de um poderoso discurso bélico é mobilizada a ideia de que essas pessoas devem ser combatidas. Na Europa, essa “barreira invisível” entre grupos pode ser observada através da marginalização e exclusão dos não cristãos, como por exemplo os muçulmanos.

Um movimento muito semelhante ocorre no Brasil atual. Grupos extremistas reivindicam a legitimidade de uma determinada tradição cristã como parte da cultura brasileira para retirar a legitimidade das demandas progressistas relacionadas aos direitos das mulheres, à questão de gênero e aos direitos reprodutivos. O inimigo atacado são os grupos à esquerda, considerados subversivos e uma ameaça à família e à ordem.

Para entender este fenômeno, é necessário também compreender o cenário político brasileiro das últimas décadas. Com o fim de uma violenta ditadura, o Brasil passa por um período de retorno das instituições democráticas marcado pela nova Constituição em 1988, assim como uma eleição para presidente em 1989. Este período representou a possibilidade de movimentação e reivindicação de grupos não só políticos, como também religiosos. E foi neste bojo que grupos ligados a denominações evangélicas passaram a atuar no espaço público, acionando suas demandas e agendas morais, assim como diversos outros setores considerados minoritários da sociedade performatizaram.

Grupos pentecostais e neopentecostais passaram então a disputar o espaço público: em 1986 a Igreja Universal elegeu o primeiro representante político no Congresso, na eleição seguinte elegeu mais três representantes



congressistas, e a partir de então esta denominação se movimentou de forma bastante habilidosa para ocupar a esfera pública, elegendo a cada nova eleição um número maior de representantes (SÁ LEITÃO, 2023). É importante frisar que a Igreja Universal do Reino de Deus não foi a única a ocupar cargos políticos, diversas outras igrejas ligadas ao pentecostalismo e neopentecostalismo passaram a se articular politicamente, formando o que hoje conhecemos como a Frente Parlamentar Evangélica, formada principalmente pela Igreja Universal do Reino de Deus, a Assembléia de Deus e a Igreja Batista que reúnem hoje 58% dos 93 parlamentares evangélicos na atual legislatura².

Após anos de abertura democrática, recentemente o Brasil passou a ser palco de uma guerra moral no combate à corrupção, projetada por vários grupos de extrema direita aliados à Frente Parlamentar Evangélica, e levada adiante em torno da Operação Lava Jato que culminou no que podemos chamar de guinada conservadora brasileira, além disso um importante fator que contribuiu para isso foi a flexibilidade e adaptabilidade do discurso evangélico para capturar este cenário e transformar em discursos e narrativas capazes de proporcionar uma linguagem política (GRACINO, OLIVEIRA, 2023). Este cenário resultou na eleição do ex presidente Jair Bolsonaro, em 2018.

O ex-presidente Jair Bolsonaro é um bom exemplo de apropriação do cristianismo por lideranças populistas. Bolsonaro assumiu desde o início que seu governo seria alinhado com a Frente Parlamentar Evangélica, aderindo um discurso que buscava conquistar cristãos. Sua busca por uma roupagem cristã foi reforçada ao longo do governo pela alegação de que o Estado é laico, mas a sociedade não. Em diversos discursos públicos, o ex-presidente citou versículos bíblicos e destacou que em seu governo seria “terrivelmente cristão”. Bolsonaro reforçou um discurso bélico que estimulou uma visão do adversário político como inimigo a ser aniquilado, impossibilitando a convivência das diferenças e a possibilidade de discordância, em um posicionamento tendencioso ao autoritarismo.

Embora Bolsonaro se autodenominasse a voz do verdadeiro cristão brasileiro, pouco recorria à teologia. Assim como ocorre em outros países, a extrema direita se afirma cristã mas age de forma contrária a valores centrais

² Ver em <https://www.cartacapital.com.br/politica/as-igrejas-que-dominam-a-nova-ala-evangelica-na-camara/> (Acesso em 19/06/2023)



do cristianismo, como a igualdade, a piedade, a compaixão e o respeito, em um movimento que busca o sequestro populista da religião.

Mesmo sem Bolsonaro no poder, grupos de extrema direita continuam se utilizando da identidade cristã para legitimar suas reivindicações e, no caso brasileiro, atos terroristas. Bolsonaro serviu como o motivo para esses grupos emergirem no Brasil, porém, o que tudo indica é que a partir de agora eles não irão mais precisar de Bolsonaro para permanecerem reivindicando sua agenda conservadora forjada em uma falsa identidade cristã.

Isso mostra que esse movimento não é uma tendência isolada, mas sim, uma tendência global. Porém, esse fenômeno se manifesta de forma diferente em cada país, de acordo com a história, contexto social, econômico, político e cultural de cada local.

Se entendermos "Política" não como um espaço institucional específico – como parte das ciências sociais muitas vezes a entendem – mas sim como o espaço da liberdade existente na intercomunicação entre as pessoas, de construção do novo, da ruptura com a inércia, com as hierarquias dadas e as desigualdades latentes, quais são as possibilidades de fazer política no tempo presente? Há a possibilidade de distinção entre o que é político e o que é religioso? Como pensar a questão democrática hoje? Essas são algumas das perguntas norteadoras deste artigo, e que irão nos guiar para pensar sobre o caso brasileiro.

É importante destacar que a discussão sobre "democracia" neste artigo diz respeito a atual fase democrática do Brasil, aquela que foi empossada pelas eleições para a elaboração da nova Constituição, sucedendo mais de duas décadas de ditadura. No entanto, além dessa referência à democracia como período histórico, este artigo também pretende por "democracia" as possibilidades políticas abertas com a formação de uma esfera pública – ambos democráticos (a assembleia informal de cidadãos que através da deliberação forma a opinião pública) e institucional (parlamento, ministérios, tribunais, e qualquer órgão oficial de tomada de decisão) (Habermas, 2008).

A democracia é um termo amplamente discutido e contestado, e não se baseia em apenas uma definição. Não ignoro isso. Pelo contrário, discutindo a participação da religião na esfera pública espero estar contribuindo para a discussão sobre como os cidadãos escolhem ser representados e como baseiam suas escolhas.



Ao longo do texto, iremos tratar sobre a crise política brasileira em consonância com o avanço da extrema direita aliada com o fundamentalismo religioso evangélico no Brasil, porém é importante frisarmos aqui que nem todos os evangélicos se identificam com valores e posicionamentos conservadores, assim como nem todos os evangélicos são fundamentalistas. O artigo não pretende generalizar, uma vez que entendemos que há uma imensa diversidade de vertentes da religião evangélica, e que é um grupo extremamente plural e heterogêneo. Trataremos neste artigo especificamente da ala evangélica pentecostal e neopentecostal ligada à extrema direita brasileira. Mas reiteramos que

Política e Barbárie

Vivemos um período marcado por diversas transformações nas formas de sociabilidade, nas formas de se conceber o espaço político e público, nas relações trabalhistas, nos avanços da ciência e tecnologia, como dito acima. Se por um lado há um enorme e gradual desenvolvimento da esfera tecnológica da vida, por outro isto cria uma nova sociabilidade pautada na precarização das relações trabalhistas, na terceirização dos contratos de trabalho, em novas formas de controle da população, todas justificadas por um modelo de desenvolvimento econômico feroz e destruidor, na qual desmata e corrompe tudo aquilo que estiver em seu caminho, ignorando os saberes locais, as diferentes formas de se viver, as culturas e tradições que se perdem e se dilaceram em nome de um progresso que se mistura com a barbárie. Segundo Walter Benjamin (1994): o próprio progresso produz a barbárie, uma vez que a ideia de progresso foi construída em torno de uma concepção excludente e voltada para atender a acumulação de capital. Ainda segundo Benjamin, a forma de se romper com tal barbárie seria através da política. Neste sentido, é importante nos perguntarmos sobre o que é a política, e mais, qual é o modelo de política que o Brasil está produzindo? Será que ele cumpre com a função emancipatória dos sujeitos?

Na mesma linha de Walter Benjamin, embora em períodos históricos distintos, o filósofo indígena Ailton Krenak (2019) chamou o progresso capitalista de “um abuso à que chamam de razão” (KRENAK, 2019, p.11) para classificar os avanços científicos e tecnológicos que trazem benefícios apenas para grupos privilegiados, destruindo e desmatando as florestas e as culturas tradicionais. Tal política estaria reproduzindo apenas uma determinada



ordem de dominação, e não criando espaços de potência. Para a autora Hanna Arendt (2002), o sentido da política, se difere essencialmente de ordem e dominação, para ela o sentido é o de criar espaços para a possibilidade genuína de transformação, uma vez que a política pode ser traduzida como sendo a forma com que as pessoas criam uma sociabilidade possível de modo coletivo. Seguindo uma ideia próxima disto, Benjamin (1994 a) afirma que a política é a interrupção do tempo vazio e homogêneo.

Diante do que o sociólogo espanhol Manuel Castell (2018) nomeia como “crise da democracia neoliberal” (CASTELL, 2018), emerge também uma intensa e permanente descrença nas instituições democráticas, não há mais perspectiva de mudança, não há mais possibilidade de transformação e ruptura, as referências todas passam a se diluir e a utopia passa a não ocupar mais os horizontes dos indivíduos.

No contexto brasileiro dos últimos anos em específico, o espaço da experiência esvazia-se, dando lugar à narrativas fatalistas e perversas, na qual o discurso dominante assume uma roupagem religiosa e fundamentalista, justificando a dominação em nome de Deus: é neste terreno fértil de descrença e desilusão que o projeto fundamentalista aliado à extrema direita passa a ocupar os espaços públicos e a disputar de forma fervorosa o poder.

Partindo deste pressuposto, buscarei discutir como a ascensão da extrema direita unida à movimentos conservadores evangélicos no Brasil se alimentam e usufruem da crise democrática, ao mesmo tempo que criam ela, e acionam mecanismos para disputar o espaço público na medida em que mobilizam seus preceitos morais como universais, fazendo da política um meio de legitimar suas ideias e doutrina cristã, estabelecendo uma ordenação da esfera social por um tipo específico de classificação, limitando a democracia a um instrumento de manutenção das relações de poder.

A relação entre a ascensão da extrema direita e o avanço do fundamentalismo evangélico no Brasil

Nos últimos anos, o Brasil e o mundo viram perplexos a ascensão de um movimento de extrema direita, também chamado por alguns estudiosos de nova direita (SOLANO, 2018) ou onda conservadora. Esse fenômeno protagonizado por um forte comportamento protofascista assume uma postura claramente autoritária e antidemocrática. Esta tendência de ordem mundial levou ao poder diversos líderes de extrema-direita que adotaram



retóricas abertamente contra avanços progressista, conquista de direitos das minorias, e em outras palavras, contra a própria democracia.

No Brasil a situação foi semelhante, porém, com particularidades culturais e sociais, a nova direita brasileira possui um passado escravocrata, racista, patriarcal e com forte apelo cristão. Essa última característica é o que dá a dica de como o Brasil se tornou um país dominado por líderes políticos "terrivelmente evangélicos"³ aliados intrinsecamente à uma extrema direita que está trabalhando intensamente para disseminar seus preceitos morais no país, em uma clara movimentação a favor da homogeneização da vida em sociedade, disputando narrativas de forte cunho moral e religioso.

Historicamente, a religião é um instrumento de importante centralidade na sociedade, e está em muitos momentos vinculada de alguma forma ao Estado. O fenômeno da presença da religião na esfera política não é recente. Por um longo período a Igreja Católica usufruía de uma certa hegemonia, porém desde a década de setenta, estudos de sociologia da religião indicam uma diminuição do número de pessoas que se identificam enquanto católicas, paralelamente ao aumento do número de adeptos aos setores evangélicos, principalmente nas chamadas vertentes pentecostais e, mais recentemente, neopentecostais.

Quando uma vertente religiosa ganha muito espaço e passa a atuar de forma ativa nos espaços públicos, como ocorre no Brasil com a presença crescente de atores de diversas vertentes evangélicas no Congresso Nacional, é necessário refletir sobre secularismo, religião, política e Estado. Uma vez que não há como definir uma linha determinante entre a religião e a política, ou mesmo determinar o que é permitido em termos de expressão de fé no espaço público e no privado, em outras palavras: a religião sempre esteve em espaços públicos, porém, por muito tempo a hegemonia desta presença se fazia pela igreja católica, e mais recentemente grupos evangélicos passaram também a disputar o Estado. Este fato por si só não é algo problemático em si, o que deve ser discutido é sobre até que ponto a expressão da fé deve direcionar as leis e as ações políticas.

É importante frisar que a igreja evangélica não fundou o conservadorismo brasileiro, ao contrário, o país foi fundado com base em concepções escravocratas, patriarcais, estruturado em hierarquias sociais que

³ Bolsonaro diz que vai indicar ministro 'terrivelmente evangélico' para o STF. Ver em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>> Acesso em 09/06/23.



deixaram marcas profundas e enraizadas nas relações sociais do país. Além disso, "evangélico" é uma categoria ampla e inclui política, posições religiosas e teológicas dentro de um amplo espectro.

Para tanto, se quisermos discutir a participação dos evangélicos na política, é imprescindível se perguntar o que é agir politicamente e que espaço político o pentecostalismo tem ocupado. Antes de pensar sobre as imbricações entre religião e política, é importante pensar sobre o quanto consolidada é a nossa concepção acerca do que é religião, política ou o que é o secularismo.

Definir o que entende-se por religião e secular é um algo importante para a soberania dos governos. Nos termos de Agambien (2005), é a partir da soberania do Estado, que os atos religiosos passam a se definir como tal e através disto são autorizados ou não como parte do grupo dominante. E é exatamente isso que muitos líderes evangélicos brasileiros perceberam. Eles entenderam que, como grupo minoritário (Burity, 2011), a melhor maneira de lidar com sua situação é estar no centro do próprio poder e manter a capacidade de definir a adequação e monitorar sua participação nesses espaços. Se você fizer parte do grupo que faz as regras, sua presença sempre estará autorizada.

No Brasil ainda há um fator agravante da situação: a crise econômica. A condição econômica do país produz eventos fundamentais e circunstâncias favoráveis para a propagação de certas maneiras de pensar, mas também interfere diretamente na subjetividade das pessoas, e nas formas de se fazer política e de perceber o mundo ao seu redor. É nesse terreno fértil que surgem figuras como a de Bolsonaro: alguém que se autointitula como "salvador da pátria", que apresenta supostas soluções para o país, um homem "de família", religioso, que fala a linguagem do povo, articula ideias fáceis e simples na qual o senso comum anseia, destilando preconceitos e dando forças aos que pensam como ele, ou estimulando aqueles que estavam perdidos e sem nenhuma representação ou direção para seguir.

Porém, um discurso político por si só não se sustentaria, é preciso mais. É preciso um suporte emocional, um apelo subjetivo, uma estrutura mais sólida para sustentar toda essa visão de mundo. É preciso que o bolsonarismo seja impulsionado por uma religião. Qual modelo de religião é inquestionável, assim como o extremismo da direita? A ala fundamentalista. É a *eficácia simbólica* na qual Bourdieu (2008) se refere, ou o que Berger (2010) chama de "estrutura de plausibilidade". A narrativa precisa fazer



sentido naquele contexto, assim como o discurso político também deve estabelecer uma relação afetiva com o indivíduo, ela necessita fazer parte dos significados e partilhar da linguagem e símbolos para que possa participar da consciência das pessoas e construir definições plausíveis de realidade. Segundo o autor Cornelius Castoriadis (1982), a sociedade constitui sempre uma ordem simbólica, e esse simbolismo se edifica sobre ruínas de algo anterior. A instituição e a sua eficácia dependem invariavelmente da crença que lhes é atribuída.

Setores evangélicos fundamentalistas se aproximaram dos movimentos políticos de extrema direita porque ambos os segmentos compartilham de valores antidemocráticos. São instituições que se aliam, mas também são estruturas simbólicas que se complementam, se sustentam (CORNÉLIUS, 1982). A instituição política encontra no fundamentalismo o elemento que a legitima, que a justifica enquanto real e verdadeira, encontrando no imaginário social a sua fonte de reconhecimento, colocando a política em um patamar sagrado⁴, logo inquestionável. O simbólico nesse sentido tem uma importância crucial, pois é no campo do imaginário que se atribui a característica de algo irrefutável e irredutível, uma vez que não é considerado como obra dos homens, e sim como obra divina.

É nesse contexto que ideias antidemocráticas crescem e se fortalecem no Brasil. É importante identificar como tais estruturas simbólicas atuam através de narrativas que constroem um determinado sistema institucional viabilizado por vias materiais, assim como o poder é inserido na linguagem de modo a obscurecer o que há por trás de um evento social, de maneira conveniente aos interesses de grupos dominantes.

Discussão

A consolidação da Frente Parlamentar Evangélica no Brasil atua enquanto um grupo consolidado, mais ou menos coerente e em consonância com a chamada nova direita brasileira, que embora esteja no poder de forma democrática e legítima, ameaça constantemente a própria democracia. Se a base dessa nova direita é o rompimento com os pressupostos da democracia liberal, esse grupo passa a lutar contra as conquistas progressistas das últimas décadas: direitos das mulheres,

⁴ O slogan da campanha de Bolsonaro em 2018 foi "O Brasil acima de tudo Deus acima de todos".



liberdade sexual, casamento homo afetivo, instituições políticas multilaterais, expansão dos direitos dos indígenas e das religiões de matriz africana, entre outros avanços que representam para este grupo um incômodo à ordem estabelecida, ou pior, a ascensão de pautas relacionadas à gênero e à sexualidade podem representar uma ameaça ao núcleo familiar tradicionalmente patriarcal e que expressa toda a ordem do conservadorismo cultural e cristão.

Segundo a autora Hanna Arendt (2011), um sistema baseado na militarização, na moral imposta e na opressão não pode ser considerado um sistema político, e sim um sistema de relações de dominação. Há uma constante confusão entre aquilo que é o fim da política, com a política em si. Ditadura, intolerância, nazismo, fascismo, fundamentalismo e extremismo religioso são formas de dissolução do espaço comum, e não formas de produção de liberdade e espontaneidade, que são característicos de sistemas políticos eficientes e reais (ARENDR, 2011).

Uma perigosa naturalização da catástrofe, na qual banaliza o caos e a barbárie: por um lado líderes religiosos extremistas e fundamentalistas, e por outro a ascensão de uma “nova direita” com motivações claramente fascistas, patriarcais e com valores enraizados em um passado escravocrata. Tanto o fundamentalismo religioso quanto a extrema direita trabalham com o conceito de verdade absoluta, não há espaço para questionamento, as regras para serem eficientes devem ser eternas, imutáveis e “sagradas”.

Constrói-se um espaço em que a dúvida não é bem-vinda, ela representa tanto para a política quanto para a religião, a falta de reverência e a infidelidade. O fundamentalismo não tolera o conflito, nem a diferença e a diversidade, por isso o pensamento fundamentalista caminha tão bem com o pensamento conservador. O conservadorismo seria a forma política de manter as instituições, e o fundamentalismo traz a questão cultural. Ambos excluem a possibilidade dos contrários, ambas se propõem a serem incontestáveis, impedindo o exercício da política e facilitando o domínio do poder totalitário, e o pensamento totalitário é o caminho mais eficaz para a abolição da liberdade (ARENDR, 2002).

Quando o ex-presidente Jair Bolsonaro nomeou um ministro “terrivelmente cristão”, afirmou que era contra “a ideologia de gênero”, instaurou pânico morais acerca de “kit gay”, ou quando a ex-ministra



Dameres Alves gritou⁵: “Acabou a doutrinação ideológica de crianças e adolescentes no Brasil. Nesse governo, menina será princesa e menino será príncipe. Está dado o recado. Ninguém vai nos impedir”, o que está sendo representado é a utilização de aparelhos estatais para permear a universalização de uma específica concepção acerca de direitos humanos através de uma gramática jurídica, com uma roupagem secular.

Tal posicionamento ameaça diretamente a democracia e a liberdade humana, pregam a intolerância e utilizam a violência como ferramenta de controle de corpos e consciências. É como se a política tivesse se tornado uma ferramenta para combater o caos e a barbárie que ela mesma criou, em uma perigosa naturalização da catástrofe, como afirma Benjamin:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade (...) Nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção, com isso nossa posição ficará mais forte contra o fascismo (BENJAMIN, 1994. p.3).

Para Benjamin, o desenvolvimento civilizatório tal qual ocorre no modo de produção capitalista, produz barbárie, pois para este autor a concepção de modernidade é equivocada, uma vez que carrega em si relações de dominação e violência. A sociedade se apega tão fortemente à ideia de progresso que passa a ser incapaz de perceber as mazelas à que está submetida. O que está por trás do “véu da razão” é na verdade um projeto de poder e dominação, na qual justifica toda e qualquer barbárie em prol de um desenvolvimento que irá beneficiar apenas as classes dominantes. Na mesma linha, Habermas (2022) afirma que tal ideia de progresso não envolve a dimensão emancipatória, excluindo o ato de se pensar historicamente.

Se para Habermas (Ibid 2022) há uma grande importância no ato de “nos pensarmos historicamente”, há uma enorme lacuna na forma com que o Brasil vêm sendo gerido politicamente na atualidade, lacuna esta que cria espaços e tempos vazios (BENJAMIN, 1994) de representação, ausentes de

⁵ Dameres Alves celebra ‘nova era’: “Meninos vestem azul e meninas, rosa”; assista: Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro foi aplaudida após a declaração; vídeo circulou nas redes sociais nesta quarta. Último Segundo IG, 3 jan. 2019. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-0103/dameres-alves-vesteazul.html>>. Acesso em 19/06/2023.



utopia e sem perspectivas de ruptura. Vivemos em uma permanente emergência (ARANTES, 2014), na qual forja a ideia de que somente solução mágicas e impossíveis vão salvar o país: apenas Deus salvará. E quando não conseguimos imaginar uma solução satisfatória, abrimos espaço para a desilusão e a dissolução da política enquanto possibilidade de transformação (ARENDRT, 2002).

Conclusão

72

Podemos concluir que a política não está dada, ela é um espaço em construção. A gramática política não é necessariamente secular ou religiosa, ela é aquilo que se faz dela. Se por um lado estamos assistindo estupefatos a ascensão de grupos de religiosos extremistas na política e precisamos sim lutar contra toda e qualquer forma de ameaça contra a democracia, por outro lado é preciso compreender que a vida democrática gera este tipo de conflito. Racière (2014) em seu livro intitulado cirurgicamente como “Ódio à política” afirma que “a democracia ergue-se, mas a desordem ergue-se também” (RANCIÈRE, p.11), isso significa que em muitos casos grupos antidemocráticos se utilizam de vias democráticas para reivindicar pautas que gritam por ditadura, como é o caso brasileiro.

A expansão da democracia no Brasil gerou uma forte reação por parte daqueles que sentiram que seu espaço de privilégios iria ser ameaçado. Um número expressivo de pessoas de classe média e alta passou a se mobilizar em prol do retorno de um período em que o Brasil pertencia a poucos, um período em que homens comandavam e mulheres obedeciam caladas, indígenas não possuíam terras demarcadas facilitando a expansão do agronegócio, em que pessoas homoafetivas não podiam reclamar seus direitos e não colocavam em xeque a configuração da ordem da família tradicional brasileira. Tais pautas de cunho moral e extremamente conservadoras atraíram grupos que se identificaram e se mobilizaram em apoio, formando um consolidado grupo coeso que foi se expandindo e crescendo, ocupando cada vez mais cadeiras dentro no Congresso Nacional.

Tal expansão da democracia, na qual o Brasil viveu nos últimos anos, incomodou e trouxe um ódio tal qual não se via desde as vésperas do golpe de 1964. Um ódio contra a diferença, a diversidade e tudo aquilo que essa democracia representa. Um verdadeiro ódio à democracia (RANCIÈRE, 2014). Por este motivo, é tão importante compreendermos que a democracia não é uma conquista garantida, não é um Estado acabado, e a barbárie está



sempre a espreita (BENJAMIN, 1994) buscando brechas e oportunidades de se instaurar novamente. O fascismo está constantemente presente, porém, dependendo do contexto não consegue e não pode se assumir, a ponto de muitas vezes se calar tanto que quase esquecemos que existe. Mas não esqueçamos!

A democracia vive uma gradativa e conflitiva expansão, que não se limita à configuração das instituições, ou à governabilidade, ou ao jogo de interesses e disputa de partidos, mas é algo que brota das bases, do subsolo, do lugar que ninguém vê (RANCÉRE, Ibid). Ela emerge da margem, invade a cidade e o espaço que antes era reservado apenas àqueles de boa aparência social. A reação conservadora à expansão democrática no Brasil só nos mostra o quanto ainda está presente o pensamento segregador, colonizador e escravocrata que insiste tanto na estratificação social, e trabalha para que haja uma manutenção latente das desigualdades, instaurando a ignorância, precarizando a educação e o trabalho, a fim de manipular as massas em favor desta manutenção, chamando-a de “progresso”.

Toda e qualquer possibilidade de ruptura é barrada. Mas a possibilidade existe e resiste, a potência de transformação ressurgue a cada reação, a utopia reacende a chama das potências revolucionárias e faz a esperança se reerguer. É preciso recuperar a política enquanto espaço comum, enquanto possibilidade de transformação e de ruptura. É preciso retomar os horizontes políticos, recuperando a esperança no futuro e rompendo com a ordem estabelecida, pois não se pode pensar o mundo como ele é, sem pensar em como ele pode ser (HABERMAS, Ibid).

Referências

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARENDDT, Hannah **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Da Revolução**. São Paulo: São Paulo, Cia. das Letras, 2011.

_____. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

BENJAMIN, W. “As Teses sobre o Conceito de História” e “O Narrador”. In: **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7ªed. Vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BERGER, Peter. **Dossel Sagrado**. São Paulo: Paulinas, 2010.



- BOURDIEU, Pierre. **Gênese e estrutura do campo religioso**. In: Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.
- CASTELL, Manuel. Ruptura. **A crise da democracia Liberal**. São Paulo: Zahar, 2018.
- CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GRACINO JUNIOR, Paulo; OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. **A máquina universal: uma análise da mobilização do discurso moral na Folha Universal nas eleições de 2022**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 43(1): 99-124, 2023.
- HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.
- _____. Religion in the public sphere: cognitive presuppositions for the 'public use of reason' by religious and secular citizens. In: HABERMAS, J. **Between naturalism and religion**. Translated by Ciaran Cronin. Malden: Polity Press, 2008. p. 114-147
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.
- SÁ LEITÃO, A. **Democracy through the spirit: the Universal Church and its interconnections with Brazilian democracy**. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 29, n. 65, e650402, jan./abr. 2023.
- SOLANO, E. G. (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Recebido em 06 abr. 2023 | aceite em 18 mai. 2023

